

## Seletivos DTED

Seletivo para

### Professor formador interno e externo - Ensino de matemática no nível médio

## DTED abre processo seletivo para cargo de professor no curso de Especialização EAD em Ensino da Matemática no nível médio

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), abre processo seletivo simplificado para cargos de professor formador interno e externo para atuar no Curso de Especialização em Ensino da Matemática no Nível Médio, na modalidade educação a distância. As inscrições deverão ser realizadas até o dia 24 de agosto, por meio do Sistema de Seletivos da DTED/UFMA.

Podem participar do seletivo, professores de Ensino Superior, comprovando ter experiência de, no mínimo, um ano no magistério superior com formação mínima de mestre ou possuir, no mínimo, três anos de experiência no magistério superior; disponibilidade de participar de reuniões e atividades, inclusive, aos sábados; residir no Maranhão; entre outros requisitos descritos no Edital.

O Processo seletivo oferta

vagas para diversas áreas de formação. Ao compor a equipe do curso, o professor será bolsista no programa Universidade Aberta do Brasil, com bolsas mensais pagas pela CAPES, no valor de R\$ 1.850 reais concedido para o cargo de Professor Formador I ou R\$ 1.550 reais, para Professor Formador II.

A avaliação dos candidatos

consistirá em análise curricular, com prova de títulos. A relação com o resultado do Processo Seletivo será divulgada no portal da DTED/UFMA, no dia 12 de setembro de 2023.

Edital disponível no site da UFMA - [portalpadrao.ufma.br](http://portalpadrao.ufma.br)

Fonte: UFMA

## AVISO

O Sindsep/MA informa aos seus filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude do feriado estadual da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** no dia 28 de julho, retornando nossas atividades normais no dia 31/07/2023 (segunda-feira).

A DIREÇÃO





## Arthur Lira faz chantagem e ameaça pauta da Reforma Administrativa

Mais uma vez o fantasma da reforma administrativa volta a assustar os brasileiros. Sim, assustar os brasileiros, afinal, quem mais perde com a falência dos serviços públicos é a população que deles necessita, principalmente os mais pobres.

O presidente da Câmara Federal, Arthur Lira em encontro com os empresários em São Paulo pediu apoio do empresariado e dos grandes conglomerados de comunicação para que pudesse cumprir a ameaça de colocar em pauta a reforma administrativa de Paulo Guedes que desmonta os serviços públicos e tem como objetivo acelerar a terceirização e a privatização das empresas públicas, mesmo essa tese tendo sido vencida na eleição de 2022.

A justificativa é sempre a mesma, inchaço da máquina pública e diminuição dos altos custos para a União. Ora, essa narrativa se perde primeiro, por não ser verdadeira, depois, por ter no fundo a intenção apenas de privatizar e ou terceirizar os serviços com salários mais baixos e com perdas de direitos para os trabalhadores e trabalhadoras, gerando lucros para aqueles empresários que

irão receber uma fortuna do governo e repassar aos funcionários salários menores e sem benefícios sociais, como já acontece em diversos setores dos serviços públicos, principalmente nos estados e municípios.

Na realidade o que é necessário e urgente é que as carreiras de estado sejam estruturadas e que os trabalhadores do judiciário, executivo e legislativo tenham melhores condições de trabalho com equidade entre os três poderes. Essa reforma do Paulo Guedes não elimina as distorções e os privilégios e ainda aprofunda a desigualdade.

Hoje temos nos serviços públicos da União aproximadamente 650 mil servidores, quando na realidade precisaríamos de pelo menos o dobro disso para atender os mais de 220 milhões de brasileiros. E o que assusta é que desses 650 mil, cerca de 25 mil recebem acima do teto constitucional de R\$ 39.293 mensais, enquanto os outros 625 mil que estão na mira do presidente Lira recebem em média menos de cinco salários mínimos.

A sociedade precisa reagir, afinal de contas, se a população quisesse continuar com os des-

monte do Estado não teriam eleito o presidente LULA, que em campanha prometeu a valorização dos servidores e o fortalecimento com a reestruturação dos serviços públicos.

O governo federal precisa também assumir para si a responsabilidade de frear essa iniciativa nefasta do presidente Arthur Lira de entregar os serviços públicos para a iniciativa privada que não tem como objetivo gerar bem estar social para a população e sim ter lucros e nesse quesito, quanto mais, melhor, sem importar a que custo social para o povo.

Os Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais sindicais precisam também mobilizar suas bases e a os usuários para ocupar as ruas pressionando parlamentares e gestores contra mais essa tentativa de desmonte dos hospitais, escolas, universidades e os serviços de infraestrutura tão importante para a grande parcela da população.

Os servidores públicos tem um papel importante também nesse processo e precisam conversar entre si e também com seus familiares para fortalecer a luta contra esse desastre.